

A superexploração da força de trabalho em economias dependentes

Diana Chaukat Chaib¹

Resumo: Este artigo parte do escopo de análise da teoria marxista da dependência para identificar a superexploração da força de trabalho como característica fundamental da situação dependente. Segundo a teoria para que haja aumento do excedente produzido nas economias periféricas dependentes, a ser apropriado pelo centro, ocorre a superexploração do trabalho, isto é, uma extração de mais-valia extra.

Palavras-chave: Dependência; superexploração do trabalho, acumulação capitalista.

Abstract: This article starts from the scope of analysis of the Marxist theory of dependence to identify the super-exploitation of the workforce as a fundamental characteristic of the dependent situation. According to the theory that there is an increase in the surplus produced in dependent peripheral economies, to be appropriated by the center, there is the super-exploitation of labor, that is, an extra surplus-value extraction.

Key words: Dependence; super-exploitation of labor; capitalista accumulation.

Introdução

As discussões dos anos 1960 sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento giravam em torno da influência da participação do capital estrangeiro nas economias dos países periféricos: os investimentos externos seriam responsáveis por dinamizar as economias ou construir um obstáculo ao crescimento desses países? Essa indagação se evidencia no círculo vicioso de Gunnar Myrdal. De um lado as economias subdesenvolvidas necessitavam de investimentos não oferecidos pela iniciativa privada, enquanto do outro lado, a política de importação de bens e serviços, empréstimos para criação de infraestrutura e atração do capital estrangeiro acarretaria em um endividamento crescente pela via dos juros a serem pagos, o que agravaria a dependência externa (MACHADO, 1999).

Nesse cenário, surge a Teoria da Dependência na América Latina buscando compreender e explicar as características do desenvolvimento socioeconômico dessa região no período entre 1930 e 1945 (DOS SANTOS, 2000). O contexto era, sobretudo, a síntese da superação do Processo de Substituição de Importações (PSI) na América Latina com a internacionalização do comércio mundial guiado pela hegemonia norteamericana (AMARAL, 2012). Essa corrente se propunha a tentar compreender a reprodução do sistema capitalista de produção nos países periféricos como um sistema

¹ UNIFAL.

que criava e ampliava as desigualdades entre termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, de modo que a economia de certos países estava condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outras (DUARTE, 2007).

Nessas circunstâncias, essa teoria entende a situação de dependência como o condicionamento de uma economia ao desenvolvimento e a expansão de outros países. De acordo com Marini (2000), a dependência deve ser entendida como uma “relação de subordinação entre nações formalmente independentes que sofre modificações nas relações de produção”. Essas modificações são dadas, entre outros fatores, pela transformação da mais-valia absoluta na mais-valia relativa, por meio de uma ampliação da capacidade de produção.

As relações de produção são desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre devido ao subdesenvolvimento de outras (AMARAL; CARCANHOLO, 2009). O fato das relações tradicionais serem baseadas no controle do mercado por parte das nações consideradas hegemônicas, leva à transferência do excedente que é gerado nos países dependentes para os países do centro, acarretando a perda de controle dos países periféricos dependentes sobre seus recursos. A geração deste excedente se dá, nesses países dependentes, por meio da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000). Em outras palavras, para que haja aumento do excedente produzido nas economias periféricas, a ser apropriado pelo centro, ocorre a superexploração da força de trabalho, isto é, uma extração de mais-valia extra.

Isso posto, o objetivo principal desta pesquisa é identificar a superexploração do trabalho como um mecanismo operante nas economias periféricas, partindo dos fundamentos da teoria marxista da dependência. Mais especificamente, a pesquisa busca perceber as relações existentes entre os mecanismos de superexploração do trabalho e dos processos de transferência de valor, da periferia para o centro.

Teoria marxista da dependência e a “troca desigual”

O processo de transformação da mais-valia absoluta na mais-valia relativa nos países industriais, citado anteriormente, é compreendido como uma forma de exploração do trabalho que, baseada na mudança das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização da força de trabalho. Diante disso, Marini (2000) considera importante o esclarecimento dos conceitos de mais-valia relativa e o de produtividade. Uma maior produtividade do trabalho não garante, por si só, um aumento na mais-valia relativa. Um aumento na capacidade produtiva implica na ideia de que o trabalhador está criando

mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor. É isso que induz o capitalista individual à busca incessante de aumento de produtividade, uma vez que isso ocasiona uma redução no valor individual de sua mercadoria em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia ainda maior do que a de seus competidores, em outras palavras, uma mais-valia extraordinária.

A ideia de mais-valia extraordinária acarreta em uma mudança da divisão geral da mais-valia entre os capitalistas, mantendo, todavia, inalterado o grau de exploração do trabalho na economia. Se o mecanismo que permite o aumento da produtividade se estende para as demais empresas, tornando uniforme a taxa de produtividade, isso não acarreta na elevação da taxa de mais-valia. O que aumenta é apenas a massa de produtos, sem causar uma variação no seu valor ou uma diminuição da unidade de produto proporcionalmente ao aumento da produtividade do trabalho. O resultado seria justamente o contrário do incremento da mais-valia, sua diminuição. Isso se explica porque, na verdade, o que determina a taxa de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração da força de trabalho, ou seja, uma relação entre o tempo de trabalho excedente (quando o operário está produzindo mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (quando o operário reproduz o valor de sua força de trabalho, o que é equivalente ao seu salário). Uma alteração nessa proporção, no sentido de favorecer o capitalista, isto é, o aumento do trabalho excedente sobre o necessário, é capaz de modificar a taxa de mais-valia. Para tanto, a redução do valor social das mercadorias deve refletir nos bens necessários à reprodução da força de trabalho, os bens-salário. Dessa forma, o autor conclui que a taxa de mais-valia relativa está relacionada, essencialmente, à desvalorização dos bens-salário, para o que colabora, no geral, a produtividade do trabalho.

Nessas circunstâncias, Marini (2000) considera que esse entendimento sobre a mais-valia relativa e a produtividade é de fundamental importância para que se possa compreender de que forma a inserção da América Latina no mercado mundial contribuiu para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que se baseia na mais-valia relativa. Inicialmente, o autor havia considerado que uma das funções atribuídas a essa região foi a de prover os países industriais dos alimentos demandados pelo crescimento da classe operária. Esse processo de oferta mundial de alimentos foi um importante elemento que incentivou a confiança dos países industriais no comércio exterior no que diz respeito a suas necessidades de meios de subsistência. O resultado dessa oferta foi, sobretudo, a redução do valor real da força de trabalho nos países

centrais, permitindo que o incremento da produtividade seja refletido em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outras palavras, diante dessa incorporação do mercado mundial, a América Latina exerce um importante papel no aumento da mais-valia relativa nos países industriais.

Nesse contexto, antes de esclarecer quais foram as condições internas de produção que permitiram à América Latina cumprir o papel descrito acima, o autor atenta ao fato de que não é só na economia que a dependência latino-americana se faz contraditória, mas também na sua participação no modo de produção capitalista nos países industriais. Isso se deve ao fato de que, um aumento na produtividade do trabalho implica em um consumo mais que proporcional de matérias primas. À proporção que esse aumento na capacidade produtiva é acompanhado de uma maior mais-valia relativa, o que se observa é uma diminuição do valor do capital variável frente ao valor do capital constante², em outras palavras, aumenta-se a composição-valor do capital. Dessa maneira, o que é apropriado pelo capitalista não é a mais-valia que se é produzida, mas a parte desta que corresponde ao lucro. Como a parcela do lucro é dada sobre o total do capital envolvido no processo de produção³, o resultado do aumento da mais-valia tende a ser uma elevação do valor do capital constante empregado para produzi-la e, conseqüentemente, uma queda da taxa de lucro (MARINI, 2000).

Essa controvérsia, segundo Marini (2000), crucial para a acumulação capitalista, é evidenciada na contraposição de diversos mecanismos que se orientam tanto no sentido de incrementar ainda mais a mais-valia, compensando a queda na taxa de lucro, quanto no sentido de induzir uma diminuição no valor do capital constante. Nesse segundo elemento, o que chama atenção é a oferta mundial de matérias primas industriais que se apresenta como contraponto a oferta mundial de alimentos. Tal como ocorre nesta, é diante do aumento da massa de produtos cada vez mais baratos no cenário internacional, que a América Latina alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais e contribui para que sejam superados os obstáculos que a essência contraditória da acumulação de capital cria para essa expansão. Todavia, o autor afirma que é preciso atentar para o fato de que o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas tem sido seguido da queda dos preços desses produtos. Isso evidencia que, nas palavras de Marini (2000): “a deterioração dos termos de troca está refletindo de fato a depreciação dos bens primários”. Assim sendo,

²Segundo o próprio autor, o capital constante inclui as matérias primas (MARINI, 2000).

³O autor define esse capital como salários, instalações, maquinário e matérias primas (MARINI, 2000).

vale questionar quais as razões de ocorrência desse fenômeno e por quais motivos esse fenômeno não representou um desestímulo para que a América Latina fosse incorporada ao comércio internacional.

Na verdade, à proporção que o mercado mundial ganha contornos mais desenvolvidos, a exploração internacional que se reflete na reprodução de relações econômicas propagam e ampliam o atraso e a debilidade desses Estados. Assim, observa-se o mesmo fenômeno recorrente no interior das economias industriais que gira em torno do uso da força para submeter os trabalhadores ao império do capital diminuir à medida que se iniciam mecanismos econômicos que concretizam essa subordinação. O autor mostra ainda que essa expansão do mercado mundial é a base da divisão internacional do trabalho, tanto nas nações industriais como nas não industriais, porém a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. Esse desenvolvimento das relações abre espaço para uma melhor aplicação da lei do valor, mas, por outro lado, cria condições para que diversos mecanismos de capital tentem burlá-la.

Na teoria, o comércio de mercadorias equivale a troca de equivalentes, na qual o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. No campo da prática, existem mecanismos distintos que possibilitam transferências de valor, que se refletem na forma como os preços de mercado e os preços de produção das mercadorias são fixados. Na primeira suposição, as transferências equivalem a aplicações específicas das leis de troca; enquanto no segundo, são adotados mais claramente a essência de transgressão dessas leis (MARINI, 2000).

Assim sendo, a economia de um país pode apresentar preços de produção inferiores aos preços do concorrente, devido a uma maior produtividade do trabalho, sem que para isso, seja necessário diminuir os preços de mercado. Para o país favorecido, isso representa um lucro extraordinário. É natural que esse fenômeno seja recorrente no cenário da concorrência entre nações industriais e menos nas nações que produzem essencialmente bens primários, uma vez que, entre as primeiras nações as leis capitalistas da troca são exercidas mais plenamente do que entre as segundas (MARINI, 2000).

No caso das transações de economias que trocam distintas classes de mercadoria, como manufaturas e matérias primas, o fato de que algumas produzem bens que não sejam produzidos por outras, possibilita que essas nações vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, o que configura uma troca desigual. Segundo o autor:

Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade. Neste último caso, a transferência de valor é dupla, ainda que não necessariamente apareça assim para a nação que transfere valor, já que seus diferentes provedores podem vender todos a um mesmo preço, sem prejuízo de que os lucros se distribuam desigualmente entre eles e que a maior parte do valor cedido se concentre em mãos do país de produtividade mais elevada (MARINI, 2000, p.121).

Nesse sentido, Carcanholo (2013) afirma que essa é uma característica da situação de dependente. Em outras palavras, pode-se dizer que essa situação é caracterizada pelo fato de que uma parte do (mais) valor produzida nessa economia não é apropriada nela, mas sim nas economias centrais, integrando então a dinâmica de acumulação de capital das economias centrais e não das economias dependentes. Assim sendo, é esse o processo de transferência de mais valor que ficou conhecido como troca desigual.

De acordo com Marini (2000), diante desse mecanismo de transferência de valor que se baseia na produtividade, é possível identificar, no nível das relações internacionais, um mecanismo de compensação. Esse mecanismo se refere ao incremento de valor trocado, pela nação desfavorecida e pode ser verificado tanto no plano de troca de produtos similares quanto a produtos originados em esferas distintas de produção. Para Carcanholo (2013), esta segunda possibilidade, que considera capitais distintos produzindo uma mesma mercadoria com diferentes graus de produtividade, implica que cada um dos capitais possui valores individuais distintos. Como a mercadoria é vendida pelo valor de mercado, seguindo o tempo de trabalho socialmente despendido na produção, os capitais que apresentam produtividade acima da média venderiam suas mercadorias pelo valor de mercado apropriando-se, assim, de uma mais-valia maior do que aquela que eles mesmos produziram: a mais-valia extraordinária.

Diante disso tem-se que, o aumento da massa de valor produzida implica, necessariamente, em uma maior exploração da força de trabalho, ora pelo aumento de sua intensidade, ora pela ampliação da jornada de trabalho. Ambos contribuem para aumentar a massa de valor e, conseqüentemente, aumentar a quantidade de dinheiro obtida por meio da troca. É esse o ponto que esclarece a ideia de que a oferta mundial de matérias primas e alimentos aumente à medida que se acentua a margem entre seus preços de mercado e o valor real da produção (MARINI, 2000).

No geral, o que se vê é que as nações desfavorecidas por essa troca não buscam uma correção do desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar uma parte da renda gerada pelo comércio por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Ou seja, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia gerada mediante a exploração de trabalho no interior de cada país. Nesse sentido, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia que opera na nação desfavorecida, e se apresenta como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro (MARINI, 2000).

Portanto, até esse ponto da análise tem-se que é necessário compreender a condição de dependente das nações periféricas como um desdobramento natural da lógica de funcionamento da economia capitalista, e esse pensamento faz menção ainda a necessidade de entender o desenvolvimento adotando um sentido de processualidade, isto é, como as leis de funcionamento de determinada nação se manifestam em uma trajetória linear de tempo. Além de analisar quais foram os mecanismos de integração da América Latina ao mercado mundial, Marini desenvolveu a noção de troca desigual, evidenciando nesse processo de transferência de valor reflexos como a superexploração do trabalho, tanto pelo aumento da jornada de trabalho, aumento da intensidade do trabalho e arrocho salarial.

Carcanholo (2013) considera ainda que, Rui Mauro Marini ao desenvolver essa ideia de troca desigual no cenário do comércio mundial, faz referência a três mecanismos que se referem a níveis de abstração distintos no processo de trocas mercantis. Um primeiro nível, admitindo que distintos capitais produzem uma mesma mercadoria apresentando diferentes graus de produtividade, envolve a noção de que cada um dos capitais possui valores individuais distintos. Já que a mercadoria é vendida seguindo o tempo de trabalho necessário, os capitais com produtividade elevada vendem suas mercadorias pelo valor de mercado, apropriando-se, assim, de uma mais-valia além daquela que eles mesmos produziram, definida como a mais-valia extraordinária. Dessa maneira, nesse nível de abstração mais elevado, tem-se que as economias compostas de capitais com produtividade abaixo da média mundial tendem a produzir mais valor do que conseguem se apropriar. Esse desnível na produtividade permite um primeiro mecanismo de transferência de mais-valia produzida nas economias dependentes que é apropriada e acumulada nas economias centrais.

Um segundo mecanismo se dá em termos de um nível de abstração menor nas trocas do comércio. De acordo com Marx (2013), quando se considera a concorrência

entre diferentes esferas de produção, tem-se o surgimento de um lucro extraordinário para os setores que produzem com maior produtividade em relação à média da economia. Como os capitais das economias dependentes tendem a apresentar produtividade abaixo da média de todos os setores da economia mundial, ocorre a transferência de uma parte da mais-valia produzida nas economias dependentes que será apropriada pelos capitais nas economias centrais. Marini relaciona esse mecanismo com o monopólio de produção de mercadorias com maior composição do capital pelos capitais operantes nas economias centrais (CARCANHOLO, 2013).

Todavia, o monopólio se relaciona também com o último nível de abstração das trocas mercantis, os preços efetivos de mercado. Por esse meio se dá um terceiro mecanismo de transferência de valor. Quando um capital tem um grau de monopólio isso permite que este mantenha, temporariamente, volumes de produção abaixo das demandas. Como os preços de mercado estariam acima dos preços de produção, esses capitais tendem a se apropriar de um lucro acima do médio, em outras palavras, um valor apropriado além do que aquele que foi produzido por esses capitais (CARCANHOLO, 2013).

Carcanholo (2013) entende, portanto, que a junção desses três mecanismos no plano do comércio mundial - a troca desigual, nos termos de Marini – define o componente estrutural da dependência. Economias centrais, que tendem a possuir capitais com maior composição orgânica do capital em relação à média, também tendem a se apropriar de um valor produzido por capitais operantes nas economias dependentes.

Até este ponto da discussão da teoria, temos elementos importantes a serem destacados. A situação de dependente se caracteriza pelo fato do mais valor produzido nessa economia não é apropriado nela, mas sim nas economias centrais, passando a integrar a dinâmica da acumulação destas. Esse processo de transferência de valor foi o que ficou conhecido como troca desigual. Além disso, a transferência de valores dos países dependentes para países centrais é o processo responsável pela superexploração dos trabalhadores desses países, ao passo que, ao terem seus lucros desviados no plano de comércio internacional, os capitalistas dos países dependentes acabam por extrair parte da mais-valia usando expedientes para aumentar a parte da jornada dos trabalhadores não remunerada. Dessa maneira, a transferência de valor assume papel fundamental na condição de dependência dos países da América Latina analisados, uma vez que, é devido a ela que tais países não conseguem se desenvolver plenamente.

Já que vimos que a transferência de valor das economias periféricas para as economias centrais se dá por meio de uma extração de mais-valia extra, o próximo tópico é voltado para a definição do mecanismo de superexploração da força do trabalho.

A superexploração do trabalho

Anteriormente, viu-se que a questão criada pela troca desigual⁴ para a América Latina é compensar⁵ a perda de mais-valia. Como a economia dependente é incapaz de impedir esse mecanismo no nível das relações de mercado, sua reação é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho, ou aumento da mais-valia, é o reflexo de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. A ampliação da jornada de trabalho é outro fator que induz a mesma lógica: trata-se do aumento da mais-valia absoluta, ou seja, aumenta-se o tempo de trabalho excedente, no qual o sujeito trabalhador continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. Um terceiro mecanismo seria a redução do consumo do operário além do seu limite normal, por meio do qual o consumo do operário se converte em um fundo de acumulação de capital, que implica em um aumento do tempo de trabalho excedente (MARINI, 2000).

Esses três elementos, a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a exclusão de parte do trabalho necessário ao sujeito explorado para repor sua força de trabalho; caracterizam um modo de produção baseado essencialmente na exploração do trabalhador e não do incremento da sua capacidade produtiva. Essa ideia, além de ser condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia dos países latino-americanos, diz respeito também aos tipos de atividades que ali são realizadas. Nessas circunstâncias, a atividade produtiva gira em torno do uso

⁴O efeito da troca desigual é uma busca incessante por lucro e um aguçamento dos métodos de extração de trabalho excedente (MARINI, 2000).

⁵Existem distintas formas de compensação das perdas sofridas do ponto de vista das relações internacionais entre os países. Nesse sentido tem-se a superexploração da força de trabalho, ou seja, mecanismos de intensificação do trabalho como ampliação da jornada de trabalho e redução salarial. Essa superexploração é um resultado intrínseco dos mecanismos de transferência do excedente que as relações subordinadas do ponto de vista internacional impõe. O subimperialismo atua como um segundo mecanismo de compensação das perdas sofridas nas relações entre economias periféricas e centrais. O processo de internacionalização da indústria manufatureira tende a beneficiar países com indústria de bens de consumo, o que amplia o exército industrial de reserva, mecanismo que, por sua vez, facilita os outros mecanismos de superexploração da força de trabalho (exploração tende a ser intensificada com o aumento do número de trabalhadores na reserva). O subimperialismo seria aquilo que Marini define como centros medianos de acumulação, ao passo que, desenrolam-se relações subimperialistas dentro do campo dependente, porém sem que ocorra a superação da dependência.

extensivo e intensivo da força de trabalho, uma vez que isso possibilita uma baixa composição-valor do capital que, somado com a intensificação da exploração do trabalho, culmina em uma elevação das taxas de mais-valia e das taxas de lucro (MARINI, 2000). Em outras palavras, no cenário capitalista, esses mecanismos significam que o trabalho é remunerado abaixo do seu valor e, por isso, correspondem a superexploração do trabalho.

Carcanholo (2013) aponta que essa superexploração da força de trabalho, que redundaria em um pagamento de salário para a força de trabalho abaixo do seu valor e no aumento da jornada de trabalho, produz, na economia dependente uma distribuição regressiva da renda e da riqueza, tal como a intensificação das mazelas sociais. Para o autor, existem, no geral, quatro formas principais de superexploração do trabalho: aumento da intensidade do trabalho, prolongação da jornada de trabalho, apropriação, por parte do capitalista, de parcela do fundo de consumo do trabalhador e ampliação do valor da força de trabalho sem que seja pago o montante necessário para tal.

Considerações finais

Este artigo partiu do escopo de análise da teoria marxista da dependência para identificar a superexploração da força de trabalho como característica fundamental da situação dependente. De acordo com a teoria, para que haja aumento do excedente produzido nas economias periféricas, a ser apropriado pelo centro, ocorre a superexploração do trabalho, em outras palavras, uma extração de mais-valia extra.

Diante do que foi exposto, vimos que a superexploração da força de trabalho é um componente estrutural que marca a condição de dependente de um país. Esse mecanismo se dá em função de processos de transferência de valor entre as economias periféricas e centrais. A transferência de valor implica no fato de que a mais-valia produzida na economia periférica é apropriada e passa a integrar a dinâmica de acumulação no centro. Amaral e Carcanholo (2009) definem esse mecanismo como fruto de um “capitalismo incompleto” na periferia, à medida que sua acumulação interna de capital é interrompida e se completa com a geração de mais excedente no próprio plano da produção, justamente por meio da superexploração do trabalho.

Referências bibliográficas

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes. **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, p. 216-225, 2009.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência The current critical retrieval of the marxist theory of dependence. **Trabalho**, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013.

DOS SANTOS, Theotonio. Teoría de la dependencia. Balance y perspectivas, México, Plaza y Janés, 2000.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista; GRACIOLLI, Edílson José. A teoria da dependência: interpretações sobre o (sub)desenvolvimento na América Latina. V **Colóquio Internacional Marx e Engels, Campinas, UNICAMP**, 2007.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da Dependência. Editora Vozes Ltda, 2000.

MACHADO, Luiz Toledo. A teoria da dependência na América Latina. **Estudos avançados**, v. 13, n. 35, p. 199-215, 1999.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital/ Karl Marx; tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.